

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 44/2023-PGJ, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, resolve editar a Resolução nº 44/2023-PGJ, de 28 de novembro de 2023, que dispõe sobre a institucionalização da Política de Backup e Restauração de Dados no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. A Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 45/2023-PGJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.****REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO, PUBLICADA NO DOMP Nº 3.026, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023, P. 2-4.**

*Cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso, o Núcleo de Recuperação e Falência (NUREF) e estabelece suas normas de atuação.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, incisos V e XII, alínea “k”, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna conforme os ditames da justiça social, observando, entre alguns princípios, a função social da propriedade e a redução das desigualdades regionais e sociais;

CONSIDERANDO que a aplicação ineficaz das ferramentas legais do sistema de insolvência empresarial gera prejuízos sociais gravíssimos, seja pelo encerramento de atividades viáveis, com a perda dos potenciais empregos, tributos e riquezas, seja pela manutenção artificial do funcionamento de empresas inviáveis, circunstância que impede a produção de benefícios econômicos e sociais e atua em prejuízo do interesse da sociedade e do adequado funcionamento da economia;

CONSIDERANDO a necessidade de gerar mecanismos de apoio às atividades dos órgãos de execução presentes nas comarcas do Estado, propiciando uma ação conjunta, organizada e eficaz para a efetividade dos direitos garantidos pelo ordenamento jurídico;

CONSIDERNADO que ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atribuição atrelada ao interesse público que decorre da função social da empresa;

CONSIDERANDO o reconhecimento de que a atuação especializada nos processos de recuperação judicial e de falência de empresas atende, de forma mais eficiente e satisfatória, o interesse público a eles afetos;

CONSIDERANDO o objetivo de aprimorar e aperfeiçoar a atuação do Ministério Público nas causas relacionadas ao tema;



CONSIDERANDO que a Recomendação nº 102, de 8 de agosto de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre o aprimoramento da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas, estabeleceu, em seu art. 50, que, sem prejuízo da autonomia institucional, cada ramo e unidade do Ministério Público adaptará e aprimorará sua disciplina normativa e de natureza administrativa para garantir estrutura adequada e especializada visando atender aos objetivos daquela recomendação,

RESOLVE:

## CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO DO NÚCLEO

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso (CAOCCI), em caráter permanente, o Núcleo de Recuperação e Falência (NUREF), com o objetivo de promover, mediante auxílio, a atuação articulada e uniforme dos órgãos de execução do Ministério Público para a consecução dos objetivos preconizados na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, Lei de Recuperação Judicial e Falências de Empresas, e na Recomendação nº 102, de 8 de agosto de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, propiciando uma ação organizada e eficaz para a tutela da função social da empresa.

## CAPÍTULO II DA COORDENAÇÃO

Art. 2º O Procurador de Justiça Coordenador do CAOCCI exercerá a coordenação geral do NUREF e um Promotor de Justiça designado exercerá a coordenação adjunta.

§ 1º Em caso de afastamento, férias, licença ou ausência do Coordenador, este será substituído pelo Coordenador Adjunto.

§ 2º O Coordenador providenciará apoio à Escola Superior do Ministério Público (ESMP) para a realização de cursos de atualização e capacitação a serem ofertados a membros do Ministério Público, assessores, estagiários e residentes lotados nas Procuradorias e Promotorias de Justiça com atribuição na matéria, mantendo discussão constante, visando a atuação articulada e uniforme dos órgãos de execução no aprimoramento da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas, sem prejuízo da independência funcional.

## CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA

Art. 3º O NUREF tem por objetivo a orientação e o aperfeiçoamento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no emprego da Lei de Recuperação Judicial e Falências de Empresas e em situações correlatas e assemelhadas, visando a salvaguardar o interesse público que decorre da necessidade de aplicar eficazmente as ferramentas legais do sistema de insolvência empresarial, a fim de evitar ou reduzir e minimizar os prejuízos sociais que dela possam advir.

Parágrafo único. A atuação a que se refere o *caput* terá por parâmetros:

I – o equilíbrio entre as noções de encerramento de atividades econômicas viáveis e a manutenção artificial do funcionamento de empresas inviáveis;

II – o risco da perda dos potenciais empregos, tributos e riquezas, que impede a produção de benefícios econômicos e sociais e que atua em prejuízo do interesse da sociedade e do adequado funcionamento da economia; e

III – a defesa dos direitos sociais decorrentes de a insolvência empresarial ameaçar eventuais prejuízos ou causá-los.

Art. 4º São atribuições do NUREF:

I – prestar auxílio ao Promotor de Justiça natural:

a) na adoção de medidas legais cabíveis em procedimentos extrajudiciais e ações judiciais, de maneira consultiva; e

b) na promoção das medidas legais cabíveis em procedimentos extrajudiciais e ações judiciais, e, excepcionalmente, atuar em conjunto com o órgão de execução, desde que haja o consentimento do Promotor de Justiça natural;

II – promover e difundir as estatísticas de atuação do Núcleo, zelando por sua documentação e seu armazenamento;



III – propor a consolidação e uniformização dos posicionamentos jurídicos institucionais sobre os casos de recuperação judicial e falência de empresas, visando subsidiar a atuação dos órgãos de execução no que tange à tutela do interesse público que decorre da necessidade de aplicar de maneira eficaz os instrumentos legais do sistema de insolvência empresarial;

IV – propor a celebração de convênios com instituições públicas ou privadas, visando à obtenção de subsídios técnicos aos órgãos de execução;

V – promover pesquisas voltadas à elaboração de material técnico e jurídico para subsidiar o trabalho dos órgãos de execução;

VI – fomentar, junto à ESMP, a realização de cursos de atualização e capacitação, congressos, seminários, conferências e ações de treinamento e desenvolvimento em geral, a serem ofertados a membros do Ministério Público, assessores, estagiários e residentes com atribuição na área de atuação do Núcleo;

VII – ministrar campanhas para conscientização da sociedade do papel que desempenha o Ministério Público nos processos que lidam com a crise de empresas, com destaque para a proteção e a defesa do interesse público e da função social das empresas, haja vista a repercussão imediata e direta nos potenciais empregos, tributos, riquezas e na redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – propor a edição e a publicação de revistas, livros, boletins, cartilhas e materiais de divulgação, além de produzir relatórios e notas técnicas, com o objetivo de orientar a atuação dos membros do Ministério Público nos processos de recuperação e de falência de empresas;

IX – assistir o Coordenador do CAOCCI, em matérias concernentes à sua área de atribuição;

X – propor medidas que visem à racionalização dos trabalhos afetos ao Núcleo.

#### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Havendo necessidade e interesse da Administração, será designado pelo Procurador-Geral de Justiça, em acréscimo ao art. 2º desta Resolução, mais um Promotor de Justiça para exercer a coordenação adjunta do NUREF, sem prejuízo da integração de outros membros designados para fins de colaboração.

Art. 6º Havendo necessidade e interesse da Administração, o NUREF poderá contar, em sua estrutura administrativa, com servidores, estagiários e residentes do quadro do Ministério Público.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 29 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1221/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Alexandre Rosa Luz, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	19	22.1 a 9.2.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1262/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1264/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1273/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.1.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	25.1 a 3.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1315/2023/PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça William Marra Silva Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6510/2023-PGJ, DE 30.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000392, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo I; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Arianí Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2023.00012241-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 6107/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Rosana Antunes Blan por meio da Portaria nº e-583/2023-PGJ, de 1º.6.2023, que seriam usufruídas no período de 16.10 a 4.11.2023, a serem usufruídas no período de 11 a 30.3.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6173/2023-PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Yohhan Teruya por meio da Portaria nº e-105/2023-PGJ, de 31.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 2269/2023-PGJ, de 9.5.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6174/2023-PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos por meio da Portaria nº e-1157/2022-PGJ, de 7.10.2022, com suas modificações, de forma que, onde consta: “de 27.11 a 6.12.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6175/2023-PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Rafael Assef Vieira por meio da Portaria nº e-1487/2022-PGJ, de 21.11.2022, de forma que, onde consta: “de 16 a 25.11.2023”, passe a constar: “de 21 a 30.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 6176/2023-PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Leonardo Bertaglia Agostinho por meio da Portaria nº e-529/2023-PGJ, de 17.5.2023, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.12.2023”, passe a constar: “de 22 a 31.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6177/2023-PGJ, DE 16.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Natália Perroni Pires por meio da Portaria nº 2175/2023-PGJ, de 4.5.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 27.1.2024”, passe a constar: “de 15.2 a 5.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6178/2023-PGJ, DE 16.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Diego Vinícius Queiroz Silva por meio da Portaria nº e-104/2023-PGJ, de 31.1.2023, de forma que, onde consta: “de 20 a 29.11.2023”, passe a constar: “de 14 a 23.10.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6181/2023-PGJ, DE 16.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Renata Rafaela Angelotti Moro por meio da Portaria nº 1816/2023-PGJ, de 14.4.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.12.2023”, passe a constar: “de 1º a 10.10.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 6182/2023-PGJ, DE 16.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 18.10.2023, as férias do servidor João Augusto Grecco Peloso concedidas por meio da Portaria nº e-280/2023-PGJ, de 15.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 1º a 8.7.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6183/2023-PGJ, DE 16.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Magaly Carvalho Brunet por meio da Portaria nº e-1495/2022-PGJ, de 21.11.2022, com redação dada pela Portaria nº e-399/2023-PGJ, de 14.4.2023, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.11.2023, a serem usufruídas no período de 15 a 24.2.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6209/2023-PGJ, DE 17.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-913/2023-PGJ, de 2.8.2023, que concedeu férias ao servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis, de forma que, onde consta “a serem usufruídas nos períodos de 27.11 a 6.12.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.11.2023”, passe a constar “a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.11.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.11 a 6.12.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6216/2023-PGJ, DE 17.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Kathyelle Agatha Palermo Faria Nantes Maciel por meio da Portaria nº e-286/2023-PGJ, de 16.3.2023, com redação dada pela Portaria nº 4871/2023-PGJ, de 13.9.2023, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.2.2024”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 6217/2023-PGJ, DE 17.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Carolina Kasai Loureiro Cafure por meio da Portaria nº 921/2023-PGJ, de 28.2.2023, de forma que, onde consta: “de 4 a 13.12.2023”, passe a constar: “de 5 a 14.8.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 6271/2023-PGJ, DE 21.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Jonathas Santos de Oliveira por meio da Portaria nº e-435/2023-PGJ, de 27.4.2023, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.1.2024”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1613/2023/PJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.10 a 21.11.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1614/2023/PJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Sandra de Campos, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.10 a 26.12.2023, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1615/2023/PGJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2.11 a 1.12.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

• **Ofício nº 0835/2023/02PJ/CXM, de 9.10.2023**, subscrito pelo Promotor de Justiça Marcos André Sant'ana Cardoso que, encaminha o quinto relatório trimestral resumido de atividades desenvolvidas em curso de "Máster of Laws", ministrado pela Universidade de Syracuse (Syracuse University), referente ao período de 06 de julho de 2023 a 07 de outubro de 2023, conforme licença deferida no bojo do PA 09.2022.00002898-1/CSMPMS. (PGA nº 09.2022.00002898-1). (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00122600-0*)

**Relatora: Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, concordou com o quinto relatório trimestral resumido de atividades desenvolvidas em curso de "Máster of Laws", ministrado pela Universidade de Syracuse (Syracuse University), referente ao período de 6 de julho a 7 de outubro de 2023, apresentado pelo Promotor de Justiça Marcos André Sant'ana Cardoso, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.*

**2. Procedimento Administrativa nº 09.2023.00001887-6**

Assunto: Decisão exarada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.287.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência dos termos da decisão exarada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.287.*

**7.1.2. Julgamento de Procedimento:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002475-2**

Assunto: A Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, com fundamento no artigo 158 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no artigo 15, inciso XI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e nos arts. 7º e 16 da Resolução n. 001/2016/CSMP, de 20 de setembro de 2016, requerer, liminarmente, a concessão de licença para elaboração da dissertação do curso de Pós-Graduação, programa de Mestrado, em direitos humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para conhecimento do Conselho Superior do MP.

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, votou pelo deferimento do pedido de licença integral, com prejuízo das funções, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitado pela Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, para elaboração da dissertação final de conclusão do Curso de Mestrado, a partir do dia 11 de setembro de 2023, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.*

**7.1.3. Remoção:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.0011476-6**

Expediente: Aviso nº 80/2023/CSMP, publicado no DOMP-MS nº 3.006, de 30.10.2023.

Assunto: **Remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, entrância especial.**

**Deliberação:** *Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, entrância especial.*

**7.2. Julgamento de Inquérito Civil:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000100-3**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requeridos: Clovis da Silva e Kellynton Mann Klem

Assunto: Apurar dano ambiental consistente em construção situada em área de preservação permanente, às margens do Rio Dourados, município de Dourados/MS.

Advogada: Jessica Lorente Marques – OABMS 16.933.

**Relatora: Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan**

**Pedido de vista da Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM CONSTRUÇÃO SITUADA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, ÀS MARGENS DO RIO DOURADOS, NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – EDIFICAÇÃO REALIZADA NA VIGÊNCIA DO ANTERIOR CÓDIGO FLORESTAL DE 1965 – NÃO CONSTATAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem as irregularidades que exijam o prosseguimento do Feito ou ajuizamento de ação; 2. Nota-se que, de acordo com a fundamentação do Parquet, a edificação situada em APP foi realizada anteriormente ao ano de 2008, quando vigorava a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), sendo que essa norma, originariamente, não trazia a previsão de proteção de área de preservação permanente para nascentes; 3. Ademais, conforme conclusão apresentada pelo IMASUL, eventuais danos ambientais existentes remontam à época da intervenção pela construção, não tendo sido observados outros danos ao longo do tempo; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, por maioria, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.*

Campo Grande, 4 de dezembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

e Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO Nº 08/PGJ/2023 – ELETRÔNICO**  
**PROCESSO Nº 09.2023.00006176-2**  
**UASG – 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Eletrônico nº 08/PGJ/2023 (Processo nº 09.2023.00006176-2), destinado à contratação de empresa especializada em serviço de filmagem, gravação e transmissão audiovisual das reuniões do Conselho Superior, do Colégio de Procuradores, de eventos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a produção, gravação e edição de vídeos institucionais do MPMS, a sessão foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 04 de dezembro de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E BANCO DO BRASIL S.A.**

Processo nº 09.2022.00011317-4

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por seu Gerente Geral, **Sebastião Vanderlan Borges Soares**.

Amparo legal: Cláusula Nona, item 9.1, do referido documento, no artigo 8º, inciso VIII, do Decreto nº 11.261/2003, e no artigo 79, II e § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão do Termo de Cooperação Técnica, cujo objeto é a abertura de conta-depósito vinculada, por acordo entre os partícipes, válida a partir da data de 19.12.2023.

Data da assinatura: 1º de dezembro de 2023.

**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E BANCO DO BRASIL S/A**

Processo: 09.2023.00010991-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BANCO DO BRASIL S/A**, representado por seu Gerente Geral, **Sebastião Vanderlan Borges Soares**.

Amparo legal: Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Objeto: Regularizar o estabelecimento, pela Instituição Financeira, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo MPMS, bem como viabilizar o acesso do MPMS aos saldos e extratos das contas abertas, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 19.12.2023 a 19.12.2025.

Data da assinatura: 1º de dezembro de 2023.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 103/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/3135/2019 – PGA nº 09.2022.00012506-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA**, representada por **Cícero Prado Sobral**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 29/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, da Lei 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e o reajuste dos valores, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Valor total da Contratação: R\$ 51.621,90 (cinquenta e um mil seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos).

Vigência: 29.01.2024 a 29.01.2025.

Data de assinatura: 3 de dezembro de 2023.